



Poderes

Governo negocia liberar máximo de emendas individuais ao Congresso

— Conversas se deram às vésperas da votação de vetos de Lula a projetos aprovados pelo Legislativo, prevista para hoje; imposição de calendário de pagamentos preocupa Planalto

ANDER PORCELLA
SOFIA AGUIAR
BRASÍLIA

O governo federal e o Congresso negociam o pagamento do máximo possível de emendas individuais de deputados e senadores ao Orçamento até 30 de junho, para destravar a votação de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a projetos aprovados pelo Legislativo. A expectativa é de que a sessão conjunta entre Câmara e Senado para analisar as medidas vetadas pelo petista ocorra hoje, após vários adiamentos.

Segundo apurou o *Estado/Broadcast*, a liberação de todas as emendas individuais, que somam cerca de R\$ 25 bilhões este ano, no primeiro semestre não seria possível por questões técnicas. Mas o Palácio do Planalto se comprometeria a acelerar ao máximo os

Bases
Em ano eleitoral, as emendas parlamentares podem beneficiar reduções de deputados e senadores

repasse. Essa seria a contrapartida para que os parlamentares mantivessem o veto de Lula ao calendário de pagamento de emendas previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

Apesar de o acordo ter avançado, ainda há uma divergência: o governo quer apenas empenhar as emendas (reservar os recursos para pagamento) até o fim de junho, enquanto o Congresso quer que as verbas sejam também executadas nesse prazo, ou seja, pagas de fato. Diante disso, a gestão federal ainda estuda os termos do acordo.

A data de 30 de junho é cru-

cial para os parlamentares por causa da eleição municipal. Emendas parlamentares são recursos no Orçamento da União que podem ser direcionados pelos deputados e senadores a seus redutos eleitorais para, por exemplo, realizar obras e implementar políticas públicas. Em ano de disputa por prefeituras, como é o caso de 2024, os parlamentares costumam usar essa prerrogativa para tentar impulsionar candidaturas de aliados.

EMBATES. O ritmo de liberação das emendas impositivas tem sido um dos principais pontos de debate entre Executivo e Legislativo desde o início do terceiro mandato de Lula no Planalto. Apesar de o pagamento ser obrigatório, o governo pode decidir quando pagar. Nos primeiros meses deste ano, a gestão petista atrasou novamente a liberação desses recursos, como em 2023, e provocou uma nova onda de insatisfação no Congresso, mesmo após ter prometido mais agilidade no calendário dos repasses.

Em fevereiro, quando começou a negociação do veto ao calendário, o governo editou um decreto que previa acelerar a liberação de emendas, mas sem as amarras da lei, como previsto na LDO. Parlamentares, contudo, passaram a reclamar que o Planalto não estava cumprindo o acordo político. Segundo deputados ouvidos pela reportagem, contudo, da semana passada para cá os repasses aumentaram.

Conforme mostrou o *Estado/Broadcast*, o governo não queria ter o compromisso de fazer os pagamentos das emendas impositivas seguindo o calendário da LDO — o que aconteceria se o veto fosse derrubado —, porque a disponibilidade de recursos depende do ritmo da arrecadação de impostos.

O que está em jogo

Vetos presidenciais sob análise do Congresso

● Emendas de comissão

Lula vetou R\$ 5,6 bilhões das emendas de comissão, que foram turbinadas pelo Congresso. Mesmo com a tesouraria, o montante é recorde (R\$ 11 bilhões). Nesta modalidade, o dinheiro é indicado pelas comissões permanentes da Câmara e do Senado

● Calendário de emendas

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o principal veto de Lula foi ao calendário para empenho e pagamento de emendas impositivas (de pagamento obrigatório). Parlamentares haviam aprovado dispositivo que obrigava o governo a separar os recursos para essas emendas no primeiro semestre e a executar o gasto

● 'Saidinhas'

O veto a trecho da lei que limita as saídas temporárias de presos do regime semiaberto em datas comemorativas é um dos que estão na pauta de votação. Com o veto, Lula permitiu as "saidinhas" para os

Se o veto cair e o calendário voltar a ser obrigatório, a avaliação é de que o Orçamento ficará muito engessado em caso de frustração de receitas.

O acordo para a liberação de 100% das emendas individuais até 30 de junho seria um meio-termo em relação ao que havia sido aprovado pelos parlamentares. Para ter mais controle sobre os recursos, os deputados e senadores incluíram na LDO um calendário com prazos definidos para o governo empe-

presos visitarem as famílias

● Bagagens

O veto de 2022 do então presidente Jair Bolsonaro a um projeto de lei que retomava o despacho gratuito de bagagens continua na pauta do Congresso Nacional

● Fundos offshore

Lula vetou trecho da lei de taxa dos fundos offshore relacionado a sistemas de negociação em bolsas de valores e mercados de balcão. Para o governo, o texto aprovado pelo Congresso é muito restrito ao excluir sistemas centralizados bilaterais de negociação

● Amazônia

O presidente vetou diversos trechos do projeto de lei que concede a regularização de terras na Amazônia. Alegou que a proposta "incorre em vício de inconstitucionalidade na medida em que se propõe a extinguir cláusulas resolutivas de contratos que se encontram resolvidos"

● Lei das Licitações

Outro veto em jogo se refere ao projeto que alterou a Lei das Licitações e afeta serviços especiais de engenharia com valor superior a R\$ 1,5 milhão

nhar todas as emendas impositivas, não só as individuais, mas também as de bancada estadual no primeiro semestre. Já a execução das verbas, pela LDO, ocorreria somente no caso das emendas relacionadas à saúde e à assistência social.

COMISSÃO. Outro veto negociado entre o governo e o Legislativo é na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, da qual Lula cortou R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão — um ter-

ceiro tipo de emenda que não tem pagamento obrigatório, mas virou moeda de troca no Congresso após o fim do orçamento secreto, revelado pelo *Estadão* e posteriormente considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O esquema do orçamento secreto permitia o repasse dos recursos pelas cúpulas da Câmara e do Senado sem transparência.

O governo prometeu recompor, no caso das emendas de comissão, R\$ 3,6 bilhões dos R\$ 5,6 milhões vetados. A negociação se encaminha para destinar, deste total, R\$ 1,9 bilhão para os colegiados do Senado e R\$ 1,7 bilhão para os da Câmara. Planalto e Congresso, segundo apurou a reportagem, já identificaram onde deve haver essa recomposição, ou seja, quais rubricas foram atingidas pelo veto e que faziam parte de um acordo político.

A recomposição dessas verbas, contudo, depende da aprovação de um projeto de lei que recria o DPVAT, seguro para vítimas de acidentes de trânsito e, por meio de um "jabuti", altera o arcabouço fiscal para permitir ao governo antecipar a liberação de cerca de R\$ 15 bilhões em despesas. O texto já passou na Câmara e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas ainda precisa ser votado pelos senadores no plenário.

A previsão anterior era de que os vetos de Lula fossem votados em 24 de abril. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), porém, atendeu aos apelos do governo e adiou a sessão conjunta para que o Planalto tivesse mais tempo de negociar. A decisão contrariou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que disse que o Congresso havia tido tempo suficiente para "maturar" os vetos. ●

Padilha intensifica agenda com líderes e ministros

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, voltou a intensificar, nesta semana, agenda com líderes e ministros para estreitar a relação do governo com o Congresso e divulgar ações positivas da ges-

tão federal. Anteontem, Padilha se reuniu com vice-líderes do governo na Câmara e os titulares da Educação, Camilo Santana, do Esporte, André Fufuca, e da Saúde, Nísia Trindade. Esses encontros fazem par-

te de uma segunda rodada de conversas desde o fim de abril. Os encontros do mês passado tiveram o objetivo de alinhar as votações do governo no Congresso. As reuniões ocorreram na semana em que o gover-

no conseguiu adiar a sessão conjunta do Parlamento que analisaria vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a projetos aprovados por deputados e senadores.

Essas agendas também são um desdobramento da cobrança de Lula por uma mobilização maior dos ministros na di-

vulgação de ações positivas da gestão federal, diante de uma queda na popularidade de seu governo.

Em março, o petista cobrou de auxiliares a divulgação de políticas públicas do governo e disse que, sem isso, os programas se mostram "natimortos". ● S.A., I.P. E VICTOR OJANA